

**APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO  
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL  
SAIBREIRA DO CABEÇO DOS TRUPES  
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

**1. INTRODUÇÃO**

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto “Saibreira do Cabeço dos Trupes” de acordo com o definido no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), iniciou-se com a receção na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Autoridade Ambiental, do Plano de Pedreira acompanhado do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) a 5 de setembro de 2022 em suporte digital.

Posteriormente, de acordo com o definido Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA formada pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados e cujos respetivos representantes foram nomeados pelos seus superiores:

- Divisão de ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Filipe Pires que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Nuno Pacheco;

Divisão de Ordenamento do Território (DOT), atualmente designada por Divisão de Gestão Territorial (DGT), representada por Catarina Santos

- Divisão de Áreas Classificadas (DAC) representada por Maria José Bettencourt;

- Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas do Faial (SAACF) representada por João Costa;

- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (DREC), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Diamantino Oliveira.

A 13 de outubro de 2022, foi emitido parecer de apreciação da CA ao EIA em questão, onde se considerou fundamental que o Relatório Técnico deveria ser alvo de aperfeiçoamentos conforme as considerações efetuadas, devendo ser introduzidos sob a forma de reformulação deste documento e posteriormente refletidos no conteúdo no Resumo Não Técnico.



Face ao exposto foram concedidos trinta (30) dias para a apresentação da documentação solicitada e os documentos alterados deveriam ser enviados em suporte digital e em formato papel para efeitos de consulta pública, ficando o prazo interrompido até à receção de toda a documentação.

A 20 de outubro, deu entrada a documentação solicitada, sendo retomado o período de contagem do procedimento.

## **2. APRECIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

Com a análise da documentação remetida, conclui-se que na sua generalidade corresponde ao solicitado, contudo, em matéria de Ordenamento do Território, algumas considerações não foram absorvidas, tal como:

- No subcapítulo 2.4.1. Instrumentos de Gestão Territorial do RT [anterior 2.4.2. Instrumentos de Gestão Territorial], não foi esclarecido que, dos IGT's com incidência territorial na área do projeto, apenas o PDM possui vinculação jurídica ao mesmo, considerando que o promotor configura uma entidade privada, nos termos do artigo 3.º do RJIGT.A;
- No subcapítulo 2.4.1.2 Plano Sectorial de Ordenamento para as Atividades Extrativas da RAA do RT [anterior 2.4.2.2 Plano Sectorial de Ordenamento para as Atividades Extrativas da RAA], importava esclarecer que, neste caso, uma vez que o promotor configura uma entidade privada, a aplicação do PAE está dependente da adaptação do PDM da Horta ao mesmo, através da transposição das normas relativas à atividade extrativa e dos elementos gráficos, nomeadamente, a delimitação das Áreas de Gestão e das Áreas de Integração Ambiental e Paisagística. Neste sentido, foi também sugerida a referência à deliberação que deu início ao procedimento de revisão do PDM da Horta, publicada através da Edital n.º 10/2022, de 22 de julho;
- No subcapítulo 4.3.4 Ocupação do Solo do RT, na Figura 4.13, sugeriu-se a adição do autor da COS.A/2018, nomeadamente, a então Direção Regional do Ambiente.

Para além do supramencionado e no âmbito das correções entretanto introduzidas, a CA esclarece que deveriam ter sido feitos alguns melhoramentos entre os quais os seguintes:

- No subcapítulo 2.4.1. Instrumentos de Gestão Territorial do RT, sugere-se a remoção da frase «[...] sendo por sua vez analisados, nos subcapítulos seguintes, os que apresentam aplicação ao projeto» [pág. 11], atendendo que não é esclarecido o âmbito da aplicação [vinculação jurídica, temática de planeamento, etc.];

- Na Tabela 2.3 do RT [anterior Tabela 2.4], deverá ter-se em conta o seguinte:"

- O Plano Regional da Água encontra-se em alteração e não em revisão, de acordo com a Resolução do Conselho do Governo n.º 86/2018, de 30 de julho;
- Retificação ao Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, publicada através da Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 26 de abril;
- A suspensão parcial e sua respetiva alteração do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, publicadas através do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, e do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A, de 24 de julho;
- O Plano Diretor Municipal da Horta também se encontra em revisão.

- No subcapítulo 2.4.1.1 Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores do RT [anterior 2.4.2.1 Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores], sugere-se ainda a correção do respetivo diploma de «Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, de 9 de abril» [Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores] para «Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto».

### **3. DELIBERAÇÕES**

Face ao exposto, é do entendimento da CA que estão reunidas as condições para avançar para a fase de Consulta Pública, pelo que a CA propõe declarar a conformidade do EIA.

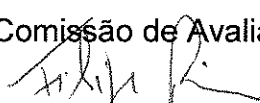
Durante a Consulta Pública, nos locais onde se encontram disponíveis à população o RT e RNT devem também estar presentes os pareceres emitidos pela CA no âmbito do presente procedimento, para uma maior compreensão e transparência do conteúdo dos documentos.



A CA informa que, caso seja declarada a conformidade do EIA, durante a Consulta Pública, serão solicitados pareceres à Direção Regional das Obras Públicas, em matéria de servidão das infraestruturas rodoviárias, da Câmara Municipal da Horta, em matéria de compatibilidade do projeto com o PDM e à Divisão da Fauna e Flora Selvagens (DFFS) da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Horta, 27 de outubro de 2022

P'la Comissão de Avaliação



Filipe Pires  
(DACAA)